

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Novo chefe vai assumir ANP em momento crítico e intenso	2
Título: Setor sucroenergético quer mudança em lei de transporte	4
Título: Destaques	5
Título: Nível de preço do minério de ferro depende de retomada da Vale	6
Título: Novo sócio da Light aposta em recuperação do Rio	8
Título: Petrobras repassará gás da Bolívia para terceiros	9
Título: Etanol de milho ‘flex’ teve custo menor que o de cana em 2018/19	11
Título: Carf mantém cobrança de quase R\$ 4 bi da Schahin	12
Título: Alemanha promete deixar energia a carvão até 2038	14
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	16
Título: Bolsonaro, a reeleição e o risco do populismo	16
Título: ‘Frete é paliativo; pauta é redução do preço do diesel’	17
Título: Governo atende caminhoneiro e reajusta frete em até 15%	19
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	20
Título: MEC recebe e não usa mais de R\$ 1 bi recuperado na Lava Jato	20
Título: Irã diz que está enriquecendo mais urânio do que antes de acordo nuclear	23
Título: Investigação sobre Brumadinho será concluída a partir de junho.....	24
VEÍCULO: O Globo	26
Título: Tamanho real da privatização.....	26
Título: Tabela reajusta frete de caminhões em até 15%.....	28
Título: Governo ignorou veto da Funai a áreas isoladas	29
Título: Base na Antártica foi erguida em área contaminada	31

Título: PF investiga causa de liquefação em Brumadinho	33
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	34
Título: Indiciamentos só depois de perícia	34
Título: Etanol sem intermediários	35
Título: Perspectivas animam o setor	37

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/01/2020

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Novo chefe vai assumir ANP em momento crítico e intenso

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, deixará o cargo com um legado de reformas regulatórias no setor petrolífero. Quem assumir o comando da agência neste ano, contudo, terá pela frente a missão de liderar uma agenda intensa - e controversa - que começou a ganhar corpo no mandato de Oddone, mas que ficará em aberto para o seu sucessor: a regulação do mercado de combustíveis.

A renúncia do atual diretor-geral da ANP acontece num momento crítico, em que a indústria passa pela abertura do refino e do mercado de gás natural - exigindo, portanto, revisões na regulação. Oddone anunciou na quarta-feira (15) a antecipação do fim de seu mandato, que se encerraria em dezembro de 2020. Ele permanecerá no posto até a aprovação de um substituto. Em carta enviada ao presidente Jair Bolsonaro e ao **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, ele diz que já cumpriu a sua missão à frente da ANP.

Indicado para comandar a ANP em 2016, durante o governo de Michel Temer, Oddone foi um dos homens de frente na condução do pacote de mudanças regulatórias da indústria de óleo e gás dos últimos anos. Coube à agência, sob a sua batuta, implementar o calendário fixo de leilões, que rendeu oito rodadas em três anos.

Coube à Oddone conduzir também os trabalhos da ANP nas negociações entre governo e Petrobras sobre a revisão do contrato da cessão onerosa. Agradou as petroleiras ao pautar uma série de itens da agenda do setor, como a flexibilização do conteúdo local, e comprou briga com a indústria naval.

Oddone também esteve à frente da ANP num dos momentos recentes mais críticos para a indústria de óleo e gás: a greve dos caminhoneiros de maio de 2018. Defensor da liberdade de preços e quebra do monopólio da Petrobras no refino, ele aumentou a transparência do setor ao emplacar uma resolução que obrigou a estatal a divulgar seus preços nos seus diferentes pontos de suprimento.

Mais recentemente, a preocupação com a escalada dos preços dos combustíveis voltou à pauta. As tensões entre EUA e Irã evidenciaram as divergências de opinião entre Oddone e parte do governo, quando ele se posicionou de forma contrária ao uso de recursos públicos para atenuar a volatilidade da gasolina e do diesel.

Naquele momento, o ministro Bento Albuquerque falava publicamente em medidas para amortecer o impacto da alta dos preços internacionais no mercado doméstico. Uma das medidas avaliadas era justamente usar a arrecadação “extra” com royalties, em momentos de alta da commodity, para amortecer o impacto sobre preços internos.

A carta de renúncia apresentada por Oddone, aliás, data de 6 de janeiro, dia em que o comandante da ANP esteve em Brasília para discutir com o presidente e o MME a alta dos preços dos combustíveis.

Ainda no contexto dos debates sobre os preços dos derivados, Oddone assumiu, após a greve dos caminhoneiros, a bandeira da desconcentração do mercado. E comprou briga com as principais distribuidoras, ao colocar na pauta propostas como a venda direta de etanol pelas usinas e a permissão para que os postos comprem combustível de quem quiserem, independentemente da bandeira que apresentem. Pautou também a permissão para que distribuidoras vendam botijões de gás de outras marcas, além do enchimento fracionado desses recipientes.

Todo esse debate foi visto como uma instabilidade regulatória por parte das grandes companhias. Oddone passou a enfrentar resistências dentro da própria diretoria. Alguns membros do colegiado passaram a questionar o ritmo das discussões e a defender mais tempo para debater as propostas.

Essa divergência de ideias foi exposta nas reuniões mais recentes da diretoria. No encontro do dia 19 de dezembro, por exemplo, Oddone estava de férias

quando o diretor Felipe Kury pautou, por falta de consenso do colegiado sobre o rito do debate, a retirada temporária, da agenda regulatória, de alguns itens sugeridos por Oddone na semana anterior - como a fidelidade dos postos à bandeira e a flexibilização do uso de GLP para outras fins, como em caldeiras e aquecimento de saunas e piscinas.

Kury explicou que pediu a retirada dos respectivos itens por uma “questão de forma”, para que sejam aprimoradas algumas “inconsistências” no processo. Ausente da reunião que aprovou a agenda regulatória, ele alegou que os itens foram inseridos sem tempo hábil para discussão e sem consulta prévia da área técnica responsável. O diretor negou que seja contrário a pautar os assuntos em questão e disse que os tópicos serão debatidos pela agência ao longo do ano.

Na carta de renúncia, Oddone destaca que “uma nova fase se inicia” na regulação do setor e que acredita que este é o momento propício para definição de uma nova diretoria. A ANP terá pela frente uma agenda intensa, diante do avanço esperado na abertura do refino e gás. O órgão regulador se dedicará, entre outros temas, à revisão dos arcabouços regulatórios desses dois segmentos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/01/2020

Seção: Brasil

Autor: Matheus Schuch e Fabio Murakawa — De Brasília

Título: Setor sucroenergético quer mudança em lei de transporte

Empresas defendem venda direta de etanol entre usinas e postos

Entusiasmados com as manifestações do presidente Jair Bolsonaro contra a obrigatoriedade do transporte de combustíveis por distribuidoras, representantes do setor sucroenergético foram ao Palácio do Planalto ontem defender mudanças na lei para permitir o transporte direto de etanol entre usinas e postos.

Mais tarde, em “live” no Facebook, Bolsonaro estimou que a medida poderia derrubar em R\$ 0,20 o preço do litro do álcool na bomba.

O tema já mobiliza representantes do setor produtivo no Congresso. “Você imagine a quantidade de postos que existem próximos das usinas no Brasil inteiro e elas não podem vender diretamente ao posto, têm que ir para uma base”, argumentou a jornalista o presidente do conselho de administração da Novabio, Pedro Robério Nogueira. A entidade reúne produtores de açúcar e álcool, principalmente de Norte e Nordeste.

Para Nogueira, a solução mais rápida para retirar a obrigatoriedade do transporte pelas distribuidoras seria via Legislativo, pois já há projetos tramitando no Congresso. Não está descartada, porém, a possibilidade de o Planalto enviar uma nova proposta. Bolsonaro disse aos produtores que discutirá o tema com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Também presente na reunião, o presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Pernambuco (Sindaçúcar), Renato Augusto Cunha, criticou o “engessamento” da lei sobre distribuição de combustíveis. “Não queremos exclusividade, mas uma alternativa de transporte direto”, explicou.

Durante a audiência com os empresários, Bolsonaro não teria comentado o pedido de antecipação da saída do diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, do cargo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/01/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Chesf conclui projeto

A Chesf concluiu ontem a energização dos aerogeradores dos Complexos Eólicos Pindaí I, II e III. Localizados na Bahia, os complexos são formados por onze sociedades de propósito específico (SPE) criadas a partir de três leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 2013. Eles são compostos por 55 aerogeradores, dos quais 35 estão em operação comercial e 20 em operação de teste. De acordo com a Eletrobras, controladora da Chesf, a conclusão do empreendimento representa incremento de 110 megawatts (MW) de capacidade instalada da controlada, correspondente a uma receita anual de R\$ 70,7 milhões.

Descobertas da Petrobras

A Petrobras encontrou novos indícios de petróleo nas concessões de Marlim Leste, na Bacia de Campos, e S-M-623 (Sagitário), no pré-sal da Bacia de Santos. A estatal notificou a Agência Nacional de Petróleo (ANP), sobre os indícios, na semana passada. A presença de indícios não significa que as reservas encontradas são viáveis, tanto técnica como economicamente. O bloco S-M-623, onde está situada a descoberta de Sagitário, foi arrematado pela estatal na 7ª Rodada de concessões, e é operado pela Petrobras (60%), em parceria com a

Repsol (20%) e Shell (20%). Já Marlim Leste é um campo maduro, em produção, que faz parte do cluster de Marlim. A estatal tem feito algumas perfurações na área de concessão, atrás de novas descobertas no pré-sal. No ano passado, por exemplo, a companhia anunciou a descoberta de Brava, na área de Marlim.

Weg compra a TSEA

A Weg anunciou ontem a compra da fábrica da Transformadores e Serviços de Energia das Américas (TSEA) em Betim (MG). O valor da operação não foi divulgado. Construída em 2013, a unidade é especializada na fabricação de transformadores de força, reatores shunt e autotransformadores de força. Segundo a companhia catarinense, a aquisição traz capacidade instalada adicional em um momento de boas perspectivas para o mercado elétrico no Brasil e no exterior. Com a nova planta, a quinta voltada à fabricação desses equipamentos no país, a Weg espera acessar novos mercados, principalmente a África do Sul e países da América do Sul.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/01/2020

Seção: Empresas

Autor: Neil Hume — Financial Times

Título: Nível de preço do minério de ferro depende de retomada da Vale

Os acionistas da Rio Tinto deverão comemorar mais um ano de altos dividendos quando a mineradora anunciar seu balanço anual em fevereiro. O grupo anglo-australiano, da mesma forma que as rivais BHP e Vale, tem gerado montes de dinheiro graças à continuidade dos altos preços do minério de ferro.

Impulsionados pela forte demanda chinesa e por uma série de interrupções na oferta, os preços do minério de ferro, ingrediente-chave na produção de aço, tiveram valorização de 30% em 2019, atingindo uma média de US\$ 90 por tonelada.

Para grandes produtores como a Rio Tinto, que podem explorar o material a um custo a partir de US\$ 15 por tonelada, isso significa lucros abundantes e dividendos generosos para os investidores. O Deutsche Bank calcula que a Rio Tinto gerou cerca de US\$ 10 bilhões em fluxo de caixa livre em 2019. Repetir tal desempenho em 2020 é algo que vai depender do rumo dos preços do minério de ferro.

A boa notícia para os acionistas das mineradoras é que as cotações continuaram elevadas ao longo dos últimos 30 dias, a mais de US\$ 90 por tonelada, uma vez que as siderúrgicas chinesas reabasteceram seus estoques antecipando-se ao

feriado do Ano Novo Lunar chinês, que começa em 25 de janeiro, e ao início da temporada de obras de construção civil no país, tradicionalmente na primavera chinesa.

O risco de interrupções na produção em Pilbara, principal região de exploração de minério de ferro da Austrália, por motivos climáticos também vem mantendo os preços firmes, segundo operadores. A forte queda das exportações brasileiras, provocada pela diminuição das remessas da Vale, maior produtora mundial de minério de ferro, é outro motivo que dá sustentação ao patamar dos preços.

Há mais um fator de alta: a decisão do Tesouro dos Estados Unidos de deixar de considerar a China como manipuladora cambial, que valorizou o yuan chinês. Isso torna as cargas de minério de ferro relativamente mais baratas para as siderúrgicas chinesas que compram o produto do exterior.

Ainda assim, a maioria dos analistas projeta que os preços vão diminuir ao longo de 2020, à medida que a oferta subir e a produção de aço na China estabilizar-se na faixa de 1 bilhão de toneladas.

Além disso, a demanda deverá diminuir depois do Ano Novo Lunar chinês, segundo a BMO Capital Markets. O banco de investimento acredita que a fase de reabastecimento dos estoques chegou ao fim e destaca a desaceleração das atividades no principal porto por onde o minério de ferro chega à China, em Hebei, uma importante província produtora de aço.

Em última análise, a direção dos preços vai depender da Vale e de sua capacidade para atingir suas metas de produção.

A empresa foi obrigada a cortar mais de 70 milhões de sua capacidade de produção em 2019, depois do rompimento de uma de suas barragens de rejeitos em Minas Gerais que resultou em mais de 250 mortes.

Parte da produção já foi retomada e neste ano a Vale prevê produzir entre 340 milhões e 355 milhões de toneladas de minério de ferro, cerca de 40 milhões de toneladas a mais do que em 2018. Ninguém tem certeza, no entanto, se a mineradora brasileira realmente conseguirá atingir essa meta. Parte da produção interrompida, por exemplo, usa barragens que precisam ser descomissionadas antes da retomada das atividades.

Caso a Vale atingir a meta, o J.P. Morgan estima que o mercado de minério de ferro poderia ficar com uma oferta de 28 milhões de toneladas superior à demanda. Caso não atinja, então, a Rio Tinto, seus acionistas e outros grandes produtores vão poder comemorar mais um ano de altos preços.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 17/01/2020****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito — Do Rio****Título: Novo sócio da Light aposta em recuperação do Rio**

O banqueiro e ex-deputado federal Ronaldo Cezar Coelho, que se tornou nesta semana o segundo maior acionista da Light, ao adquirir a participação da BNDESPar na elétrica fluminense, enxerga o negócio como uma aposta otimista na empresa e na recuperação do Rio de Janeiro. Por meio de seu fundo Samambaia, ele alcançou uma fatia de 7,6% na companhia, algo equivalente a cerca de R\$ 540 milhões.

“Vejo ali uma oportunidade. Sou muito otimista com o Rio de Janeiro e estou vendo uma oportunidade na Light de ela se transformar em uma verdadeira corporação”, afirmou Coelho ao **Valor**. Ele contou que o investimento em ações da companhia fluminense começou em novembro de 2019.

A aquisição foi informada inicialmente pelo site “Brazil Journal”, na manhã de ontem. As ações da elétrica fecharam o pregão da B3 ontem a R\$ 23,97, com alta de 2,39%, a maior do Índice de Energia Elétrica (IEE) da bolsa.

Além da oportunidade de negócio, o banqueiro disse acreditar no potencial de recuperação da empresa, por meio de seu time de gestores, liderados pela diretora-presidente Ana Marta Veloso, e de integrantes do conselho de administração, presidido por David Zylbersztajn, ex-diretor geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A Light passou recentemente por uma reformulação do seu conselho de administração. Uma das principais novidades foi a eleição de Ivan Monteiro, ex-presidente e ex-diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Petrobras. O executivo é reconhecido no mercado como um dos responsáveis pela recuperação da estatal, após os efeitos da força-tarefa da Lava-Jato, que revelou um esquema de corrupção entre funcionários da empresa, políticos e fornecedores.

A maior acionista da Light hoje ainda é a Cemig, que detém cerca de 22% da companhia. A aposta no mercado, porém, é que a estatal mineira reduzirá gradativamente a participação na elétrica fluminense, em linha com a estratégia de venda de ativos e os planos do governo mineiro de privatização.

Coelho disse que pode elevar sua participação na Light até 20%. Ele, no entanto, não tem pretensão de indicar representante para o conselho de administração

ou de ele próprio participar do colegiado. “Não tenho interesse nenhum. Não sou gestor. Sou um investidor vendo uma oportunidade.”

Apesar do aporte, o banqueiro reconhece ser otimista e admite que a Light possui riscos, principalmente relacionados às perdas elétricas em sua área de concessão. “Estamos falando de uma coisa que tem um componente de risco muito grande. Tanto que o mercado precifica isso”, disse ele. “As suas perdas [da Light] estão muito vinculadas também a essa questão da falta de institucionalização do Rio de Janeiro.

O ex-deputado federal de 72 anos também afirmou que não estabeleceu um prazo para sair do investimento na Light. “É o início de uma história ainda”.

Na área de energia, o fundo Samambaia também possui uma participação de aproximadamente 21% no grupo de origem mineira Energisa, dono de onze concessões de distribuição, em todas as regiões do país. O fundo também é o segundo maior acionista da Energisa, atrás do Gipar S.A., controlado pela família Botelho.

Coelho não tem planos de se desfazer da posição na Energisa, que ele considera um dos melhores ativos do setor, junto com a Equatorial Energia. Com relação à Equatorial, porém, ele não possui investimentos. “Tenho só admiração [pela Equatorial]”, afirmou.

Em curto prazo, o investimento do fundo no setor se resumirá a Light e Energisa. “Opero de quando em vez, de três em três anos, quatro em quatro anos. São movimentos muito rápidos e muito decididos”, completou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/01/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: Petrobras repassará gás da Bolívia para terceiros

A Petrobras vai repassar para terceiros, na fronteira com a Bolívia, parte do gás natural que importar do país vizinho, informou ontem o diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), José Cesário Cecchi. Segundo ele, a petroleira brasileira atuará como uma comercializadora do gás que compra da estatal boliviana YPFB, abrindo espaço para que seus concorrentes possam acessar o mercado.

Em troca, a Petrobras cobrará por uma margem de comercialização. Durante reunião de diretoria da ANP, ontem, Cecchi explicou que a empresa venderá o gás pelo preço de compra na Bolívia acrescido de uma margem de 2,4%, segundo a última proposta apresentada. “Ela [Petrobras] começou a negociar [a margem de comercialização] em 9,4%, o que consideramos um absurdo. Hoje [ontem] pela manhã teve uma reunião e foi oferecido [uma margem de] 2,4%”, afirmou o diretor da ANP.

Cecchi destacou que o repasse de parte do gás importado da Bolívia está em linha com o termo de compromisso de cessação (TCC) assinado entre a estatal brasileira e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em julho de 2019, e que estabelecia limites à concentração de mercado da Petrobras no gás natural.

“Ela [Petrobras] vai repassar os contratos de venda da molécula que tem com a YPFB e de compra da capacidade de transporte que tem com a TBG [Transportadora Gasoduto Bolívia-Brasil], com uma margem de comercialização. Ela vai se tornar uma comercializadora para terceiros. É a essência do ‘gas release’”, disse o diretor da ANP.

O conceito de “gas release” (liberação de gás) consiste numa iniciativa de desverticalização na qual o agente dominante cede, compulsoriamente, volumes de gás (e capacidades de transporte nos gasodutos, por meio do “capacity release”) para concorrentes.

A crise política da Bolívia afastou investidores interessados em comprar gás na Bolívia e vendê-lo no mercado brasileiro, justamente numa etapa já avançada do processo de chamada pública aberto pela TBG para contratação da capacidade do gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol). A Petrobras acabou contratando, sozinha, toda a capacidade do duto oferecida para 2020, de 18 milhões de metros cúbicos diários (m3 /dia).

Cecchi explica que, em razão da manutenção do “status quo” do agente dominante, o Cade solicitou então a suspensão temporária da chamada e recomendou, em seguida, que a Petrobras deveria contratar uma capacidade de 8 milhões de m3 /dia de maneira efetiva e 10 milhões de m3 /dia de “maneira precária” - a ser cedida a terceiros, no momento oportuno.

Procurada, a Petrobras informou que “mantém constantes tratativas para cumprimento do termo de compromisso celebrado com a ANP, bem como para

cumprimento ao TCC celebrado com o Cade” e que não se manifesta sobre processos de negociação em andamento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/01/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Etanol de milho ‘flex’ teve custo menor que o de cana em 2018/19

O hiperaquecimento do mercado de milho no país e as promessas de que a demanda por etanol seguirá em ascensão estão levando empresários da cana a colocarem na ponta do lápis os prós e contras de investir no processamento do grão. O Programa de Educação Continuada em Economia e Gestão de Empresas (Pecege), da USP, fez uma comparação entre os custos de produção de usinas de cana tradicionais e usinas “flex” (que processam cana e milho) e concluiu que a produção de etanol a partir do cereal nestas unidades tende a ser mais competitiva do que naquelas apenas a partir da cana.

A comparação foi feita com base em dados de duas usinas “flex” - uma em Mato Grosso e outra em Goiás - da safra 2018/19 e do desempenho de 200 usinas de cana no mesmo ciclo. Na época, os investimentos em etanol de milho ainda estavam florescendo. Hoje, já há 11 usinas “flex”, segundo a União Nacional do Etanol de Milho (Unem). Do total, nove estão no Centro-Oeste, como a SJC Bioenergia, joint venture entre Cargill e Usina São João. O estudo do Pecege não analisou as usinas que usam apenas milho - atualmente há duas em atividade.

Na safra 2018/29, o custo total de produção de etanol de milho nas usinas “flex” foi de R\$ 1.709,07 por metro cúbico, 4,49% a menos do que o custo das usinas de etanol de cana, que ficou em R\$ 1.789,40 por metro cúbico. Embora cada indústria possa ter estruturas de custo diferentes entre si, a comparação mostra que há uma tendência de maior competitividade dos projetos “flex”.

Uma das principais vantagens das novas usinas é que elas permitem o aumento da ocupação da capacidade da indústria, que no caso das usinas de cana ficam paradas na época de entressafra. Além disso, muitas usinas de cana ainda sofrem com a falta de disponibilidade de matéria-prima, após anos de baixos investimentos nos canaviais. As duas plantas “flex” analisadas pelo Pecege tiveram uma utilização de 95,6% de suas capacidades, frente 81% de uso nas usinas de cana em 2019, conforme dado da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Outro ponto favorável aos projetos “flex” é a menor necessidade de investimentos em bens de capital (Capex), já que eles aproveitam parte da

estrutura da usina de cana. A menor necessidade de Capex acaba compensando o maior custo operacional das usinas de milho, que têm mais etapas. Entre os processos adicionais estão o uso de enzimas e o emprego de altas temperaturas para quebrar o amido e extrair os açúcares da matéria-prima.

Na safra 2018/19, a comparação entre o custo apenas com as matérias-primas mostrou-se mais favorável ao grão. O preço médio de compra do milho ficou em R\$ 29,79 a saca - abaixo dos valores atuais, em R\$ 40 em Primavera do Leste (MT), segundo o Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea). Naquele patamar, o custo com milho foi 11% menor que o com cana, de R\$ 1.243,51 por metro cúbico de etanol, ante R\$ 1.404,08 por metro cúbico de etanol a partir de cana.

Mesmo em patamares maiores de preço de milho, o etanol resultante ainda pode ser viável economicamente. Em uma simulação de vários cenários de preços, o Pecege concluiu que as margens só começam a se estreitar quando a saca do grão está acima de R\$ 40 e o litro do etanol hidratado, abaixo de R\$ 1,90. Considerando o preço atual do milho em Campos de Julio (MT), onde está localizada a planta da Usimat, e do etanol apurado pelo Cepea/Esalq, o bicomcombustível ainda está oferecendo uma margem em torno de 10%, com base nos cenários do Pecege.

Recentemente, os preços do milho dispararam no país, mas os valores de etanol também seguem em alta. No Estado de Mato Grosso, o indicador Cepea/Esalq para o hidratado na semana até dia 10 estava 26% maior que um ano atrás, a R\$ 2.499,51 o metro cúbico.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/01/2020

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Beatriz Olivon — De Brasília

Título: Carf mantém cobrança de quase R\$ 4 bi da Schahin

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) manteve uma cobrança de cerca de R\$ 4 bilhões (valor atualizado) da Schahin Engenharia (Base Engenharia e Serviços de Petróleo) com responsabilidade solidária de seus fundadores, os irmãos Milton Taufic Schahin, Salim Taufic Schahin e do executivo Kenji Otsuki, pelo pagamento. O grupo pretende recorrer da decisão.

A Schahin Engenharia teve falência decretada em 2018 após um processo de recuperação judicial. Antes disso, os irmãos Milton e Salim, tiveram que lidar com a Operação Lava-Jato.

Na autuação, o Fisco indica omissão de receitas em contratos de aluguel (afretamento) firmados com a Petrobras e cobra IRPJ, CSLL, PIS e Cofins sobre valores de 2010 a 2013. A cobrança é calculada a partir da data da autuação, maio de 2015, e inclui multa de 225%, restabelecida ontem pela 1ª Turma da Câmara Superior.

A discussão é tema conhecido no Carf: a bipartição dos contratos de afretamento e prestação de serviços na área de petróleo. A Petrobras já perdeu vários processos sobre o assunto no órgão, mas as autuações não traziam a indicação de responsabilidade solidária dos sócios, diferente do caso da Schahin (processo nº 19515.720304/2015-18).

O Fisco analisou os contratos entre a Petrobras e a Schahin Engenharia e considerou que a estrutura bipartida adotada, entre 2010 e 2013, era artificial. No caso julgado ontem, a Receita Federal aponta que a execução de todo o projeto era feita pela Schahin.

A autuação indica também que a Petrobras contratou, por meio de licitação, o afretamento de unidades operacionais de empresa residente no exterior e a prestação de serviços da brasileira Schahin Engenharia. Cerca de 90% do valor do contrato está no afretamento, pago no exterior, o que reduziu a tributação.

Para a Receita, a empresa interpôs pessoas jurídicas (fretadoras offshore) de forma fictícia, o que configuraria simulação. O Fisco entende que as receitas obtidas com plataformas no exterior deveriam ser reconhecidas no Brasil e tributadas. Já a Schahin Engenharia alega que adotou esse modelo por mais de 30 anos. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional não apresentou defesa oral.

A relatora, conselheira Cristiane Silva Costa, representante dos contribuintes, não conheceu os recursos dos irmãos Milton e Salim. A relatora não aceitou a decisão divergente (requisito para a interposição de recurso) apresentado por eles e não analisou os argumentos apresentados. Para ela, Carlos Eduardo Taufic Schahin, Fernando Schahin e Kenji não seriam responsáveis pelos fatos.

O conselheiro André Mendes Moura, representante da Fazenda, divergiu em parte, apenas para manter a responsabilização de Kenji. “Apesar dos indícios de envolvimento dos dois [Carlos Eduardo e Fernando] na administração do conglomerado nas empresas, os elementos trazidos nos autos não conseguem lastrear esse vínculo”, afirma. Já Otsuki atuou como presidente e diretor de empresas do grupo, por isso seria incontestável a participação dele, segundo o conselheiro.

Por fim, pelo voto de desempate (qualidade), prevaleceu o voto de Mendes Moura, mantendo apenas Kenji, Milton e Salim como responsáveis solidários.

Após o julgamento ser concluído, o advogado do grupo, Adelmo Emerenciano, sócio do Emerenciano, Baggio e Associados, afirmou que pretende recorrer (embargos de declaração) no próprio Carf para pedir esclarecimentos.

A autuação julgada ainda inclui uma representação fiscal para fins penais, instrumento processual - que pode resultar em denúncia na esfera criminal - pelo qual se pede ao Ministério Público averiguar se há crime tributário na operação realizada.

Além deste, há outro processo semelhante no Carf dirigido à Schahin Petróleo e Gás, que envolve discussão de R\$ 2,7 bilhões. Ele ainda será julgado pela Câmara Superior. Por enquanto, a responsabilidade solidária dos cinco sócios foi excluída desse caso. Mas os fundadores já estão com bens indisponíveis por uma medida cautelar fiscal solicitada pela Fazenda, segundo o advogado do grupo. Ele pretende recorrer da decisão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/01/2020

Seção: Internacional

Autor: Michael Nienaber e Holger Hansen — Reuters, de Berlim

Título: Alemanha promete deixar energia a carvão até 2038

A Alemanha está pronta para tornar-se o primeiro país a abandonar o uso da energia nuclear e do carvão, com um acordo histórico para compensar trabalhadores, empresas e regiões quando desligar as usinas, o que deve ocorrer até 2038. O governo fechou ontem um acordo de mais de € 40 bilhões com governadores dos Estados mineradores.

As regiões de mineração de carvão da Renânia do Norte-Vestfália, que já foram o coração da indústria, passam por dificuldades desde que as pesadas plantas tradicionais perderam influência, enquanto as regiões mineradoras do leste ainda não se livraram totalmente do impacto de quatro décadas na Alemanha Oriental comunista.

Planejada para garantir que a maior economia da Europa cumpra a meta de reduzir as emissões de carbono até 2030, a saída será acompanhada de fortes investimentos em energia renovável. “A Alemanha, uma das nações industriais mais fortes e bem-sucedidas do mundo, dá grandes passos para sair da era dos combustíveis fósseis”, disse o ministro das Finanças, Olaf Scholz.

A decisão marca uma grande reviravolta na coalizão de conservadores e social-democratas da chanceler Angela Merkel. Ela abandonou, por considerá-la inatingível, a meta essencial sobre emissões pouco antes de assumir o quarto mandato, em 2018. Mas mudou de rumo depois que as preocupações públicas crescentes sobre as mudanças climáticas causaram um salto do Partido Verde nas pesquisas.

“Foram negociações difíceis”, disse a ministra do Meio Ambiente, Svenja Schulze. “Mas o resultado é visível - somos o primeiro país a ter um acordo para abandonar o uso do carvão e da energia nuclear - e isso é um sinal importante internacionalmente.”

O ministro da Economia, Peter Altmaier, disse que a nova legislação será apresentada ao Parlamento ainda em janeiro. As usinas mais antigas e sujas, algumas da década de 50, serão as primeiras a parar, começando com uma usina na Renânia, que será fechada este ano. Ao longo dos próximos 18 anos, as 29 usinas restantes serão fechadas.

Pego de surpresa quando uma série de verões extraordinariamente quentes e o impacto do movimento Fridays for Future, da estudante sueca Greta Thunberg, levaram à mudança na opinião pública, o governo introduziu no ano passado um grande pacote dirigido às mudanças climáticas.

Empresas que fazem uso intensivo de energia e competem internacionalmente serão elegíveis a subsídios anuais a partir de 2023, como compensação pelos custos mais altos da eletricidade, disse o porta-voz do governo, Stefan Seibert, sem dar detalhes.

A Alemanha já tem planos em andamento para eliminar gradualmente as usinas a hulha (outro tipo de carvão). O novo pacote estende esses planos para o linhito, também conhecido como carvão marrom, do qual a Alemanha é a maior produtora mundial.

O linhito gera cerca de 19% da eletricidade do país, mas é considerado o tipo de carvão mais poluente. Em alguns lugares, a perda de energia causada pelo abandono do uso do carvão será compensada pelo aumento de capacidade do gás natural nas usinas existentes, como, por exemplo, em Jaenschwalde, em Brandemburgo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 17/01/2020****Seção: Economia****Autor: José Fucs****Título: Bolsonaro, a reeleição e o risco do populismo**

Durante a campanha eleitoral, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que iria propor o fim da reeleição, como parte de uma reforma política, e que não seria, de qualquer forma, candidato a um novo mandato.

Mas, pelo visto, as duas promessas foram para o brejo já em seu primeiro ano de governo. Pelos sinais que ele tem emitido e pelas declarações feitas aqui e ali por seus mais fiéis escudeiros, o presidente parece engajado, desde já, em disputar a reeleição em 2022 e em viabilizar a sua permanência no cargo por mais quatro anos.

Embora a orientação de Bolsonaro seja a de evitar o assunto a qualquer custo, até pelo caráter precoce da iniciativa, é cada vez mais difícil camuflar que ele e seus auxiliares e conselheiros mais próximos estão trabalhando pelo segundo mandato. Como dez entre dez políticos que chegaram ao Olimpo, Bolsonaro parece ter sido picado pela “mosca azul” do poder. Depois de chegar lá, ninguém quer largar o osso.

Os sinais de que o presidente já governa de olho no segundo mandato se multiplicam por aí. Às vezes, ele acaba voltando atrás em medidas populistas, como dar descontos na conta de luz para os templos religiosos. Mas, em geral, já está preocupado em ganhar pontos com a opinião pública e os grupos de interesse, evitando a adoção de medidas destinadas a acabar com privilégios, como a taxa da energia solar, o fim da estabilidade dos atuais funcionários públicos, inicialmente prevista na reforma administrativa a ser enviada ao Congresso em fevereiro.

O mesmo pode ser dito em relação às privatizações de estatais, consideradas decisivas para viabilizar a reforma do Estado proposta durante a campanha eleitoral, que sumiram da agenda. Em vez de defender as privatizações, Bolsonaro prefere apoiar os ministros que resistem à venda das estatais sob sua esfera de influência.

Fazem parte da lista empresas como Eletrobrás, vinculada ao **Ministério das Minas e Energia**, Valec, EPL e Infraero, ligadas ao Ministério da Infraestrutura, e EBC, atrelada à Secretaria de Governo da Presidência, que ele jurou fechar na campanha de 2018. A privatização de símbolos do estatismo tupiniquim, como a

Petrobrás, o BNDES e o Banco do Brasil, então, foi simplesmente limada da agenda.

Pelo jeito, em vez de forjar a tal da “nova política” de que tanto falou nas eleições, Bolsonaro segue a mesma trilha de ex-presidentes como José Sarney, que seguiu o descongelamento de preços no Plano Cruzado, para garantir a eleição de aliados no Congresso; Fernando Henrique, que adiou a liberação do câmbio para não prejudicar a sua reeleição; Lula, que manteve os “anabolizantes” adotados depois da crise global na economia para eleger Dilma; e a própria Dilma, que deixou de fazer as “maldades” necessárias para colocar as contas do País em ordem, em busca de sua reeleição, e deu no que deu.

Talvez fosse o caso de Bolsonaro levar em conta também os resultados desastrosos que os quatro episódios, decorrentes da ambição política de seus protagonistas, tiveram para o País.

O adiamento das medidas de que o Brasil precisa pode ser conveniente para os seus planos políticos, mas no fim quem acaba pagando a conta dos “estelionatos eleitorais” são todos os brasileiros - e não só os que acreditaram em suas promessas de palanque.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/01/2020

Seção: Economia

Autor: Marlla Sabino / Brasília

Título: ‘Frete é paliativo; pauta é redução do preço do diesel’

Caminhoneiros pedem unificação da alíquota do ICMS para os combustíveis; transportador aguarda decisão do STF sobre frete

Dois anos após a greve, os caminhoneiros pretendem discutir novas medidas para a categoria com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e com o Ministério da Infraestrutura. A pauta prioritária é a redução do preço do diesel, que afeta diretamente a rotina dos profissionais.

Segundo o presidente da Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores (Abrava), Wallace Landim, o Chorão, a categoria defende a unificação da alíquota do ICMS, imposto cobrado pelos Estados sobre os combustíveis.

“O frete mínimo é uma medida paliativa. Nossa pauta sempre é a do combustível. Todos os caminhoneiros precisam estar sob o mesmo guarda-

chuva, com alíquotas iguais”, afirmou. Chorão foi um dos principais representantes da categoria durante a greve em maio de 2018.

A mudança no sistema tributário estadual também é defendida pelo presidente Jair Bolsonaro. O chefe do Executivo afirmou diversas vezes que a mudança poderia compensar os aumentos no preço do diesel, que segue as flutuações do dólar e do barril de petróleo no mercado internacional.

O governo também estuda a criação de um instrumento para equalizar o preço dos combustíveis. Entre eles, está um fundo com os recursos excedentes de royalties e participações especiais que a União recebe da exploração de petróleo. A intenção é que uma proposta seja apresentada em março.

Na pauta da categoria também está a criação do Documento de Transporte Eletrônico (D-TE), que funcionaria como um sistema único para o transporte de carga. Segundo Chorão, o instrumento facilitaria a fiscalização do cumprimento do piso mínimo, pois elimina a necessidade de agentes físicos.

Os caminhoneiros reclamam que nem todas as empresas seguem os valores estabelecidos pelo governo federal por meio da tabela do frete.

STF. Para a Confederação Nacional do Transporte (CNT), o importante é que o governo estabeleça uma tabela referencial que seja aceita e paga pelos embarcadores em vez de impor pisos que não são praticados.

A confederação ressaltou que a conclusão da análise de constitucionalidade da medida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) é necessária para trazer “um cenário de segurança jurídica”. “A tese da inconstitucionalidade é forte, mas há quem defenda o tabelamento em casos de desequilíbrio do mercado. Portanto, não há certeza nem clareza quanto ao resultado do julgamento. Desse episódio, todos os setores envolvidos podem tirar vários ensinamentos”, diz a nota.

Etanol. Ontem, o presidente Jair Bolsonaro voltou a defender que as usinas passem a entregar o etanol diretamente aos postos de combustível. Em transmissão ao vivo nas redes sociais, o presidente disse que a previsão é que, sem a necessidade de passar por um distribuidor, o valor do etanol cairá pelo menos R\$ 0,20.

Horas antes, Bolsonaro havia recebido em seu gabinete produtores de etanol do Nordeste, que defenderam a venda direta. O presidente voltou a dizer que está trabalhando para que a Câmara e o Senado revoguem uma resolução da Agência Nacional de Petróleo (ANP), que obriga os usineiros a entregarem o combustível a uma distribuidora.

“É uma resolução. Não pode vender da usina para o posto de combustível. Por que isso? Tem de ter um intermediário no caminho, um distribuidor. Estamos trabalhando nesse sentido. Conversei com Rodrigo Maia (presidente da Câmara) a esse respeito. Não conversei com o Davi Alcolumbre (presidente do Senado) ainda. Eles são os donos da pauta lá e, se Deus quiser, a gente vai romper essa barreira lá.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/01/2020

Seção: Economia

Autor: Marlla Sabino / Brasília

Título: Governo atende caminhoneiro e reajusta frete em até 15%

Governo reajusta tabela do frete em até 15% e obriga pagamento do retorno

Caminhoneiros. ANTT define novas regras para cobrança das viagens, que tiveram em abril de 2019 o último aumento, em média de 4,13%, enquanto a inflação de abril até dezembro subiu 2,69%; STF deve julgar a constitucionalidade da tabela do frete no mês que vem

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) estabeleceu novas regras para a cobrança do frete rodoviário em resolução publicada ontem. Com as alterações, o piso do frete aumentou de 11% a 15%, de acordo com o tipo de carga e operação. A nova tabela entra em vigor na segunda-feira.

Demanda dos caminhoneiros, a nova regra torna obrigatório o pagamento de frete de retorno para operações que não podem trazer carga na volta, como caminhões de combustível. Entre as mudanças também está a inclusão no cálculo do frete do custo da diária do caminhoneiro (refeições e hospedagem).

A tabela de fretes foi criada em 2018 pelo governo Michel Temer, após a greve dos caminhoneiros que bloqueou estradas e comprometeu o abastecimento de combustível, de medicamentos e de alimentos em todo o Brasil. A criação era uma das reivindicações da categoria.

Desde então, houve pelo menos seis reajustes, sendo apenas o primeiro de queda de 20%, em junho de 2018. O aumento anterior ao de ontem foi dado em abril do ano passado, em média de 4,13%. De abril até dezembro de 2019, a inflação oficial teve alta de 2,69%.

A atualização da tabela de frete atende a reivindicações de caminhoneiros, que apoiaram a eleição do presidente Jair Bolsonaro. Em abril do ano passado, para conter a insatisfação da categoria e evitar nova paralisação, o presidente

anunciou um pacote que incluiu R\$ 2 bilhões em obras nas estradas e o lançamento de uma linha de crédito para caminhoneiros.

O conjunto de medidas não abrangeu, porém, decisão sobre o preço do diesel, depois de o presidente ter barrado um aumento anunciado pela Petrobrás - e recuado da decisão, após críticas de intervencionismo e desvalorização do valor da empresa na Bolsa.

STF. A tabela de frete é contestada no Supremo Tribunal Federal (STF) que deve julgar em fevereiro a constitucionalidade da medida. O relator do caso no Supremo, ministro Luiz Fux, atendeu a um pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) e requereu a retirada de pauta do tema. O adiamento foi pedido porque o governo negociava uma solução alternativa ao tabelamento com os caminhoneiros. Entidades empresariais argumentam que estabelecer um preço mínimo viola princípios da livre concorrência, da livre iniciativa e da defesa do consumidor.

A nova resolução mantém a previsão expressa de despesas com pedágio no valor do frete. O texto também mantém a previsão de que o cálculo do frete deve considerar a negociação com relação ao lucro do caminhoneiro, despesas relacionadas ao uso de contêineres, tributos e taxas. A inclusão desses itens, no entanto, não é obrigatória.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/01/2020

Seção: Cotidiano

Autor: Thiago Resende e Paulo Saldana

Título: MEC recebe e não usa mais de R\$ 1 bi recuperado na Lava Jato

Esquecida no orçamento, verba para educação básica pode acabar no limbo

Brasília - Apesar de o governo Jair Bolsonaro alardear o direcionamento dos recursos recuperados pela Operação Lava Jato para a educação, o ministro Abraham Weintraub não usou o dinheiro destinado às ações de educação básica.

O fundo, de R\$ 2,6 bilhões, foi alvo de disputa e acabou tendo os recursos destinados à educação e à preservação ambiental, divididos entre sete ministérios.

Apesar de ter recebido a maior fatia, acima de R\$ 1 bilhão, Weintraub foi o único que não deu finalidade à verba —o ministro nem sequer empenhou o recurso.

O empenho é a primeira etapa da execução do orçamento público e garantiria que os recursos seriam de fato aplicados na educação básica, mesmo que futuramente. A etapa, que compreende a educação infantil e os ensinos fundamental e médio, é apresentada pelo governo como prioridade.

Procurado, o MEC confirmou que o dinheiro não foi aplicado, mas defendeu que a verba ainda será usada.

O Ministério da Economia afirmou que os recursos parados acabaram inflando a contabilidade do governo. Isso reduziu, portanto, o rombo das contas públicas em 2019.

Mas o Orçamento de 2020 não prevê dinheiro do fundo, e, sem poder estourar o teto predeterminado, técnicos do governo agora discutem como evitar perder os recursos.

No MEC, o dinheiro foi destinado a ações para obras de escolas, sobretudo na educação infantil (creche e pré-escola), e custeio de matrículas, em duas ações orçamentárias executadas pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

O aporte desse dinheiro na educação foi comemorado pelo governo em várias ocasiões. Weintraub compartilhou, ainda em maio de 2019, mensagem do presidente Bolsonaro nas redes sociais em que ele falava da intenção de “destinar grande parte ou todo o valor da multa da Petrobrás acordada coma Lava Jato ao Ministério da Educação”.

O dinheiro recuperado pela Lava Jato chegou aos ministérios em novembro, durante o embate envolvendo o comando do FNDE. Para manter o controle de seu orçamento bilionário, Weintraub acabou demitindo no fim de 2019 o então presidente do fundo, Rodrigo Sergio Dias, que era uma indicação política.

A indefinição dentro do MEC para aplicar o recurso, porém, travou sua execução.

O governo queria usá-lo para viabilizar um projeto de voucher para creches, no qual entregaria às famílias dinheiro para pagar creche particular.

No entanto, há entraves legais para o gasto de dinheiro público em instituições com fins lucrativos na educação infantil. A consultoria jurídica do MEC tem procurado uma solução, mas relatos de integrantes do ministério indicam que essa opção —uma aposta da gestão Bolsonaro para ampliar o acesso— já não é mais certa dentro do governo.

O fundo foi abastecido por multas pagas pela Petrobras em acordo firmado com o Departamento de Justiça dos EUA em busca de uma reparação por causa do esquema de corrupção desbaratado na estatal.

A distribuição do montante bilionário foi acertada entre PGR (Procuradoria-Geral da República), Congresso e representantes do governo Bolsonaro, após embate com procuradores de Curitiba.

A força-tarefa da Lava Jato no Paraná queria aplicar os recursos da Petrobras em uma fundação privada que promoveria ações de combate à corrupção. A ideia, contudo, foi barrada no STF (Supremo Tribunal Federal).

Durante quase seis meses do ano passado, integrantes do governo participaram das negociações com a PGR e a cúpula do Congresso sobre como dividir averba.

Chegou-se a consenso de que o dinheiro recuperado pela operação deveria expandir os investimentos em educação e na preservação da Amazônia Legal.

Além da pasta de Weintraub, os recursos foram para 1) o programa Criança Feliz (de atenção à primeira infância); 2) projetos de empreendedorismo, inovação e bolsas de pesquisa; e para 3) a ampliação de unidades de atendimento especializado a crianças e adolescentes.

Essas ações são comandadas, respectivamente, pelos Ministérios da Cidadania, da Ciência e Tecnologia e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Na área ambiental, a verba irrigou o orçamento para regularização fundiária na Amazônia Legal (Ministério da Agricultura), operações de fiscalização e combate ao desmatamento ilegal (Meio Ambiente) e combate a ilícitos na região (Defesa).

Todas as pastas usaram pelo menos parte dos recursos. Weintraub, por sua vez, não deu explicações sobre o dinheiro que deixou parado nos cofres públicos, com risco de expirar.

A situação é especialmente chamativa porque o MEC passou em 2019 por bloqueios de recursos que atingiram ações da educação básica, além do ensino superior e da pesquisa científica.

Há outro fator. As duas ações orçamentárias para as quais os recursos da Lava Jato foram destinadas (“Apoio à Manutenção da Educação Infantil” e “Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica”) tiveram o empenho de 97% dos recursos previstos, mas somente 6% foram gastos.

Esse percentual significa R\$ 129 milhões de um orçamento de R\$ 2 bilhões, sem contar as receitas do fundo da Lava Jato.

Weintraub espera usar o valor de R\$ 1 bilhão futuramente, o que demandaria alterações no Orçamento de 2020.

Uma hipótese analisada pela equipe econômica é que o Congresso tenha de aprovar —mais uma vez— um crédito para o ministério.

No ano passado, o governo teve de pedir aos congressistas que o Orçamento fosse modificado para ampliar os gastos com educação e preservação ambiental sustentados pelo fundo da Lava Jato.

Isso pode ser feito novamente em 2020, mas o governo já está com dificuldades de contornar o teto de gastos (limite de crescimento das despesas pela inflação).

Diante dessa amarra, o governo precisa escolher onde gastar, pois o espaço é limitado —como neste ano todo o espaço sob o teto foi usado e não há margem para ampliar os gastos, o aumento de uma despesa significa necessariamente o corte de outra.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/01/2020

Seção: Internacional

Autor: AP, REUTERS, NYT e AFP TEERÃ

Título: Irã diz que está enriquecendo mais urânio do que antes de acordo nuclear

Proliferação. Presidente Hassan Rohani volta a dizer que país não tem mais de se submeter ao pacto de 2015; fontes de inteligência de Israel garantem que, no ritmo atual, regime iraniano teria material suficiente para produzir uma bomba atômica até o fim do ano

O presidente do Irã, Hassan Rohani, afirmou ontem que o enriquecimento de urânio do país é hoje maior do que antes da assinatura do acordo de 2015, que limitava o programa nuclear iraniano. Fontes de inteligência de Israel garantem que, no ritmo atual, o Irã teria material suficiente para fabricar uma bomba atômica até o fim do ano. As mesmas fontes, segundo publicaram os principais jornais israelenses, afirmam que, no fim de 2020, ainda que tenha urânio enriquecido em quantidade suficiente, o Irã não teria um míssil capaz de levar uma ogiva. Eles precisariam de mais dois anos, segundo Israel, para desenvolver tal capacidade.

O Irã nega que o objetivo final seja obter uma arma nuclear. Rohani, arquiteto do acordo de 2015, reforçou ontem sua disposição de continuar o diálogo, mesmo abandonando gradativamente os compromissos do pacto. “Hoje, não temos restrições no campo da energia nuclear”, afirmou o presidente iraniano. “Nosso enriquecimento diário é superior ao que era antes do acordo.” Em 2015, após quase 20 meses de negociações, o governo americano, então presidido por Barack Obama, firmou um acordo com o Irã que limitava o enriquecimento de urânio, o uso de centrífugas e garantia inspeções regulares da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Em troca, os EUA suspenderiam as sanções que vinham sufocando a economia iraniana. O pacto também foi firmado por China, França, Reino Unido, Rússia e Alemanha.

Durante a campanha eleitoral e após a posse como presidente, em 2017, Donald Trump nunca escondeu sua insatisfação com o acordo. Segundo ele, “o pior da história”. Em maio de 2018, ele retirou os EUA do pacto e restabeleceu as sanções, ainda que contra a vontade dos aliados europeus, que diziam que o Irã estava cumprindo os termos que haviam sido assinados. Em resposta à decisão de Trump de retirar os EUA do pacto e restabelecer sanções ao Irã, Teerã vem reduzindo lentamente seu compromisso com os pontos principais do acordo. Especialistas alertam que, caso o Irã retome o enriquecimento em níveis mais altos, haverá um corte no chamado “tempo de ruptura” – o tempo estimado para chegar ao combustível nuclear necessário para fabricar uma bomba.

Reino Unido, França e Alemanha ainda tentam salvar o acordo. No ano passado, eles anunciaram a criação de um mecanismo para driblar o sistema financeiro de transações internacionais, que é usado pelos EUA para bloquear o comércio de qualquer país com o Irã. A ferramenta foi batizada de “Instrumento de Apoio às Trocas Comerciais” (Instex, em inglês). O Instex deveria funcionar como uma câmera de compensação: empresas europeias que exportam para o Irã receberiam pagamentos de outras firmas europeias que importam do Irã. Assim, o dinheiro não circularia por nenhum sistema internacional sujeito à pressão americana. O problema é que o mecanismo nunca decolou de fato, principalmente porque muitas empresas avaliam que é arriscado bancar uma disputa com os EUA.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/01/2020

Seção: Cotidiano

Autor: Carolina Linhares

Título: Investigação sobre Brumadinho será concluída a partir de junho

Belo Horizonte - Após quase um ano do rompimento da Barragem 1 da Mina Córrego do Feijão, da Vale, em Brumadinho (MG), a Polícia Federal de Minas Gerais estima que a partir de junho deve finalizar as investigações para indiciar funcionários da mineradora e da empresa alemã Tuv Süd por crime de homicídio e por crimes ambientais.

O rompimento, em 25 de janeiro do ano passado, deixou 270 mortos —11 ainda não foram encontrados.

Segundo o delegado Luiz Augusto Pessoa, que conduz o inquérito, falta a conclusão de um laudo de engenharia para determinar a causa da liquefação dos rejeitos da barragem, que gerou o seu rompimento. O resultado é esperado para junho.

É consenso entre investigadores e especialistas que a liquefação, ou seja, quando o rejeito sólido se comporta como líquido, é que levou ao rompimento da barragem.

Há várias hipóteses sobre a causa da liquidação: chuvas, problemas de drenagem e abalos sísmicos. Dependendo da causa, Pessoa irá determinar a responsabilidade de.

O delegado espera saber se é possível responsabilizar os funcionários da Vale e da Tuv Süd por homicídio doloso (quando há intenção de matar), culposos (quando não há intenção) ou ainda com dolo eventual (quando o agente assume o risco de matar).

A investigação não descarta responsabilizar os executivos da Vale e da Tuv Süd, inclusive o presidente afastado da mineradora, Fabio Schvartsman.

A respeito dos abalos sísmicos, uma das principais hipóteses levantadas, o delegado afirmou que uma perícia da PF concluiu ter havido quatro explosões no dia 25 de janeiro, num raio de 150 km da barragem, entre 12h e 13h. O rompimento foi às 12h28.

A perícia, no entanto, descartou que essas explosões, feitas pelas mineradoras no processo de extração do minério, sejam a causa do rompimento da barragem.

Pessoa afirma, contudo, que o total de 150 abalos sísmicos registrados em 2018 nessa região pode ter levado paulatinamente à liquefação.

“É um trabalho muito complexo. Prefiro fazer um trabalho bem feito, seguro e que não gere questionamentos”, afirmou o delegado ao responder sobre a pressão da sociedade para que a Vale seja punida.

A perícia é feita com a ajuda da Universidade de Barcelona e com a Universidade do Porto. Além de homicídio, a investigação mira crime ambiental de poluição (de um a cinco anos de prisão), inclusive de lençol freático, e de destruição de dez sítios arqueológicos (de um a três anos de prisão).

O inquérito que trata de homicídio e de crime ambiental é o segundo aberto pela PF e possui até agora 1.350 páginas.

Em setembro, a PF já havia concluído um primeiro inquérito e indiciado 13 pessoas (sete da Vale e seis da Tuv Süd), além das duas empresas em si, por falsidade ideológica e uso de documento falso com consequência ambiental.

A investigação de Pessoa apontou que a Vale já havia sido alertada, ao longo de 2017 e de 2018, sobre o perigo da barragem. A Tuv Süd atestou a segurança da estrutura.

O inquérito aponta ainda pressão da Vale para que esses documentos fossem assinados pela Tuv Süd. Os crimes de falsidade dizem respeito a essas assinaturas de laudos que sabidamente não correspondiam à situação de risco da barragem.

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/01/2020

Seção: Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Tamanho real da privatização

Banco do Brasil, Caixa e Petrobras, justamente as empresas que estão fora da privatização, são 75% dos ativos das empresas estatais no país e 71% do patrimônio líquido. O BNDES tem 17% dos ativos. A Eletrobras, 4%. Se não vender a estatal de energia, sobram 4% dos ativos. Essas são estatísticas do Boletim das Estatais. O secretário de Desestatização, Salim Mattar, explica que o governo continuará vendendo ativos dessas empresas, mas admite que todas elas estão fora do programa. Sobre o BNDES, Mattar afirma que o governo quer vender todas as ações da BNDESPar, mas devagar, para não derrubar o mercado.

Levei dados do relatório da Secretaria das Estatais para mostrar ao secretário, em programa que fiz com ele na Globonews, que se essas empresas estão fora então não se pode falar em “acelerar” o programa. Ele será pequeno.

— Não haverá privatização da Petrobras, Banco do Brasil e Caixa, por isso eu falo em desestatização. A Petrobras tinha distribuidora de petróleo, tinha

distribuição de gás no Uruguai, tinha Pasadena, que foi uma aberração — disse Salim Mattar.

Todas essas vendas estavam sendo preparadas desde o governo passado. A propósito, o governo Temer pegou o país com 228 estatais e reduziu para 208, segundo gráfico do Boletim. Salim Mattar usa outro número, diz que são 695 empresas. E explica: — Temos empresas controladas pelo governo, como Banco do Brasil e outras. Temos subsidiárias das estatais, do BB, da Petrobras, por exemplo. Temos as coligadas, quando há uma participação estatal mas não o controle. E temos as investidas, a Caixa Econômica tem investimento em um banco na Venezuela. A sociedade brasileira conhece muito pouco disso, e a desestatização é reduzir esse número — diz o secretário.

É com base em todo esse universo que ele diz que foram vendidos 71 ativos no ano passado. Mas até na equipe econômica se diz que o programa está lento, para a ambição das promessas. O governo atual faz críticas a presidentes

anteriores, como se estivesse começando agora a redução do tamanho do Estado. Não é bem assim, como se sabe. No período Fernando Henrique, foram vendidas toda a telefonia, mais as distribuidoras de energia e a Vale. Itamar Franco vendeu a CSN e a Embraer. Collor iniciou o programa de privatização com a siderurgia e a petroquímica. Para Salim Mattar, todos os governos anteriores criaram estatais.

— Na nossa Constituição, houve um momento de lucidez no artigo 173, que diz que o governo não será empresário e somente terá empresa quando for o caso de segurança nacional ou para prestar serviços relevantes à sociedade. Todos os governos violaram a Constituição de 1988. Abriram empresas — diz Mattar.

Perguntei a razão de o governo atual ter criado uma estatal, a NAV: — Por uma questão de segurança nacional para controlar o espaço aéreo. Em todos os países é considerado segurança nacional. Até porque nas guerras de hoje é tudo muito mais via míssil do que terrestre.

Salim Mattar disse que continuará nessa linha de venda de ativos, ainda que a empresa principal esteja fora do programa.

— No presente momento, a Caixa está montando seus ativos para vender, que são a Caixa Seguridade, Caixa Cartões, Caixa Loterias. Por isso precisamos de uma MP para criar uma empresa para pôr esses ativos e assim poder vender — disse ele.

Sobre os Correios, perguntei quem substituiria a capilaridade que a empresa tem, a única a estar no Brasil todo: — A capilaridade da Caixa e dos cartórios é superior à dos Correios. Estão sendo feitos estudos no PND, vai para o BNDES, o

banco contrata uma consultoria, faz modelagem, contrata bancos de investimento para vender. Pelo cronograma, vende até dezembro de 2021. Se o fasttrack for aprovado, reduzimos em 50% o tempo.

Salim Mattar disse que a Eletrobras será vendida, porque o Congresso que aprovou a reforma da Previdência vai aprovar o Projeto de Lei.

Sobre a BNDESPar, ele disse que esse governo não tem interesse em ter uma carteira de investimento. E que as ações serão vendidas de forma gradual, “de acordo com o mercado”.

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/01/2020

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Tabela reajusta frete de caminhões em até 15%

Entidades empresariais discordam do instrumento, que ainda será analisado pelo Supremo Tribunal Federal. Líder dos caminhoneiros diz duvidar que pagamento dos novos valores realmente ocorra

BRASÍLIA- A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicou ontem uma nova tabela com o preço mínimo para os fretes, que entra em vigor na próxima segunda-feira. O piso aumentou entre 11% e 15%.

A tabela do frete foi criada em 2018 pelo então presidente Michel Temer, após a greve dos caminhoneiros, que bloqueou estradas e gerou uma crise de abastecimento no Brasil. O instrumento era uma das principais reivindicações da categoria. Entidades empresariais são contra a tabela, cuja constitucionalidade ainda será analisada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A tabela também inclui no cálculo do frete mínimo o custo da diária do caminhoneiro, como refeições e hospedagem, além de corrigir os valores de itens como pneus e manutenção. Passará a ser obrigatório o pagamento de frete de retorno quando o motorista não puder transportar carga ao voltar para o local de embarque — caso dos caminhões de combustível que não podem retornar transportando outro tipo de carga.

Foi criada ainda uma nova tabela para as chamadas operações de alto desempenho, cujo tempo para carga e descarga do produto é menor. Na resolução anterior, não havia esse tipo de diferenciação.

O presidente da União Nacional dos Caminhoneiros (Unicam), José Araújo Silva, o China, não acredita que a tabela será cumprida. Ele diz que o elevado preço do diesel continua a ser o principal problema e cobra um novo subsídio: — Os representantes do agronegócio e da indústria, donos das cargas, disseram que não iriam pagar essa tabela. Vamos torcer para que dê certo, mas eu não acredito que será paga.

Para Diogo Ciuffo, do Bichara Advogados, a tabela gera insegurança aos produtores: — A nova tabela reflete as reclamações dos caminhoneiros. É mais política que técnica. Até hoje fica essa dúvida no ar, se a tabela vai valer ou não. É importante que o STF decida logo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/01/2020

Seção: O País

Autor: LEANDRO PRAZERES BRASÍLIA

Título: Governo ignorou veto da Funai a áreas isoladas

Órgão fez duas recomendações para impedir mineração, exploração de petróleo e instalação de hidrelétricas em terras com povos indígenas em isolamento. Minuta de projeto deve ser enviada ao Congresso neste ano

O governo ignorou duas recomendações da Fundação Nacional do Índio (Funai) e abriu uma brecha que possibilita a mineração, a exploração de petróleo e a instalação de hidrelétricas em terras indígenas nas quais há registro da presença índios isolados, considerados os mais vulneráveis do país. As recomendações constam de uma troca de correspondências à qual O GLOBO teve acesso ocorrida entre diferentes ministérios que fazem parte do grupo de trabalho que elaborou a minuta de um projeto de lei sobre o assunto.

A regulamentação da mineração em terras indígenas foi uma das bandeiras de campanha do presidente Jair Bolsonaro. No último sábado, O GLOBO revelou que o governo federal pretende enviar ao Congresso este ano um projeto que prevê também a possibilidade de outras formas de exploração desses territórios, incluindo petróleo e gás e construção de hidrelétricas.

De acordo com a Funai, o Brasil tem hoje 114 registros de índios isolados ou de recente contato. Desse total, 28 já foram confirmados. Em 21 agosto de 2019, o Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), ligado à Casa Civil e integrante do grupo de trabalho sobre o projeto do governo federal, sugeriu que a exploração de recursos ficaria vedada apenas no perímetro identificado pela Funai como sendo aquele onde vivem as comunidades isoladas. No restante da terra

indígena, a exploração desses recursos poderia ocorrer desde que autorizada pelo Congresso.

“Cabe à Funai identificar as comunidades isoladas e determinar, dentro da terra indígena, o seu perímetro de ocupação e uso, no qual fica vedada a pesquisa e a lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e o aproveitamento de potenciais de energia hidráulica”, disse o PPI na sugestão à minuta.

Em 17 de setembro, no entanto, a Funai se manifestou contra a proposta feita pelo PPI e sugeriu uma redação diferente: “É vedada a exploração de recursos de que trata esta lei em Terras Indígena (sic) com presença de povos indígenas isolados”.

Pela redação sugerida pela Funai, a exploração de recursos ficaria vedada em toda a extensão das terras indígenas em que houvesse a presença de povos isolados, e não só dentro de um perímetro delimitado por ela.

“O disposto nesta lei aplica-se às terras tradicionalmente ocupadas pelos índios de que trata o art. 231 da Constituição, à exceção das terras indígenas em que haja registro, por parte da Funai, de comunidades isoladas”, reforçou a Funai em outro trecho.

Apesar das recomendações da Funai, prevaleceu a posição do PPI na minuta mais recente do projeto.

FALTA DE DIÁLOGO

Para a advogada da ONG Instituto Socioambiental (ISA) Juliana Batista, o que chama a atenção na troca de comunicações do grupo de trabalho é a forma como o governo ignorou a posição da Funai sobre os isolados.

—Causa espanto que recomendações técnicas do órgão responsável pela questão indígena sejam ignoradas dessa forma. O governo tem dialogado com vários segmentos da sociedade, mas não conversa com as instâncias que representam os índios —afirmou Batista.

Questionado, o **Ministério de Minas e Energia** disse que as informações sobre o tema têm de ser fornecidas pela Casa Civil, que estaria “analisando este assunto”. A Casa Civil disse que o “tema está em discussão no governo federal e ainda não existe texto fechado a respeito”. A Funai repetiu a resposta dada pela Casa Civil.

VEÍCULO: O Globo**Data: 17/01/2020****Seção: Sociedade****Autor: RENATO GRANDELLE E ELCIO BRAGA****Título: Base na Antártica foi erguida em área contaminada**

Governo brasileiro não removeu óleo diesel nem demais resíduos do incêndio que destruiu a antiga estação, em 2012; análise estima que existam 7 mil metros cúbicos de poluentes que podem chegar até 3 metros de profundidade

RIO E ILHA REI GEORGE (ANTÁRTICA)- Debaixo dos laboratórios de ponta da Estação Comandante Ferraz, a nova base científica brasileira na Antártica, repousam poluentes das antigas instalações, destruídas por um incêndio em fevereiro de 2012.

Uma análise encomendada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) estima que, sob a construção recém inaugurada, existam cerca de 7 mil metros cúbicos — volume que preencheria três piscinas olímpicas — de sedimentos contaminados.

As substâncias estão dispersas em uma área de 8 mil m² e são encontradas na superfície ou a até três metros de profundidade.

Técnicos da Cetesb foram oito vezes ao continente gelado desde a explosão da base, que ocorreu em uma operação de transferência de combustível. A última visita foi em janeiro de 2019. O objetivo era coletar amostras de compostos orgânicos presentes no óleo diesel, principal responsável pela contaminação do solo.

SEM PRAZO PARA LIMPEZA

As substâncias foram estudadas, e sua área já é conhecida, mas poucas ações foram tomadas para retirar os poluentes. O governo federal ainda não definiu que método será usado para decompor o óleo, nem fixou um prazo para iniciar qualquer projeto com esta finalidade.

Patricia Iglesias, presidente da Cetesb, assinala que a companhia fez relatórios após cada operação, entregando o material ao Ministério do Meio Ambiente (MMA).

— Fizemos um trabalho contínuo para detectar os compostos presentes no óleo e investigar toda a área afetada pelo incêndio — explica.

— Agora, cabe ao governo acionar um plano de intervenção, que fará a limpeza do solo.

Segundo Patricia, é possível que a região com poluentes no solo seja ainda maior, abrangendo também o entorno dos contêineres para onde foram levadas as pesquisas não destruídas pelo fogo. Ainda assim, ela acredita que os cientistas não deveriam interromper os seus trabalhos: — Seria contraproducente parar tudo, Já havíamos identificado os locais mais críticos.

O GLOBO pediu acesso aos relatórios, mas a Cetesb afirmou que a solicitação deveria ser encaminhada ao MMA, para quem a companhia prestou contas no trabalho de cooperação. A pasta não forneceu os documentos até o fechamento desta reportagem.

AMEAÇA À BIODIVERSIDADE

O plano de intervenção, porém, ainda não foi formulado. Segundo Luiz Ernesto Trein, analista ambiental do Ibama, os esforços foram destinados à construção da nova estação, erguida sobre sua antecessora:

— A área contaminada está localizada exatamente onde foi construída a nova estação, junto ao canteiro de obras. Não havia condições de tomarmos iniciativas de intervenção no subsolo nesse período.

A nova estação foi construída em uma estrutura elevada, portanto o solo contaminado ainda é acessível. O Ibama consultou universidades sobre técnicas de biorremediação, ou seja, uso de organismos vivos para remover o óleo. Mas ainda não decidiu a estratégia a ser usada, já que a Antártica tem um ecossistema frágil e peculiar.

— Precisamos pesquisar que tipo de micro-organismo é o mais indicado para degradar o óleo. Na Antártica, há uma série de restrições sobre qual organismo devemos acolher — explica Trein.

O Ibama cogita usar produtos químicos ricos em nitrogênio, como o fosfato e o potássio. Eles agiriam como “adubos”, facilitando o crescimento de micro-organismos capazes de destruir o óleo sem prejudicar o meio ambiente. Também é possível que o governo recorra à colaboração internacional.

Em nota, a Marinha, que mantém representantes na base, afirmou que, em 2014, iniciou um “grande esforço logístico para a adequada limpeza da região e remoção de resíduos” com o Ibama e a Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ).

‘Análises recentes indicaram melhoria da qualidade do solo e a redução dos níveis de contaminação aos limites permitidos pelas normas ambientais’, acrescenta a Marinha. “Além disso, ao longo de toda a obra, o solo da área diretamente afetada não foi misturado com o das demais áreas da construção” continua.

Helena Spiritus, bióloga do Greenpeace, alerta que a Antártica “não é só gelo”, mas um ambiente rico em biodiversidade e com um “frágil equilíbrio”, inclusive na cadeia alimentar, o que pode afetar animais como baleias, focas e pinguins: — Para remediar o derramamento de óleo ou de diesel, parte do solo teria que ser retirado, e isso, por si só, já é um impacto no ecossistema.

*Enviado especial

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/01/2020

Seção: O País

Autor:

Título: PF investiga causa de liquefação em Brumadinho

Inquérito ainda não descobriu origem do fenômeno, apontado como causa do rompimento da barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, que completa um ano no dia 25. Tragédia deixou 259 mortos e 11 desaparecidos

A Polícia Federal informou ontem que ainda trabalha para descobrir o que teria causado a liquefação da barragem B1, da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG). O fenômeno, apontado como a causa do acidente, ocorre quando um material sólido passa a se comportar como fluido. O rompimento da estrutura ocasionou a morte de 259 pessoas. Onze pessoas seguem desaparecidas e as buscas continuam no local da tragédia, que completa um ano no próximo dia 25. Ainda não há previsão para conclusão do inquérito, que apura crimes ambientais e se as mortes podem ser classificadas como homicídio doloso ou culposos.

Segundo a PF, os laudos periciais, em parceria com universidades europeias, devem ser entregues em junho. O delegado Luiz Augusto Pessoa descartou que as explosões feitas pela Vale no dia do acidente, dentro de um raio de 150 quilômetros, tenham gerado a liquefação.

—Mas pode ser que os sismos ao longo de 2018, que foram mais de 150 neste mesmo raio, tenham provocado a desestabilização da barragem — completou Pessoa, em entrevista coletiva.

Mais de 80 pessoas já foram ouvidas na investigação, segundo o delegado, e cerca de 40 perícias foram realizadas. Pessoa também não descartou o indiciamento de dirigentes da Vale, empresa responsável pela barragem.

— Há possibilidade de responsabilizar qualquer executivo, inclusive o ex-presidente da mineradora —afirmou.

Em setembro, a PF concluiu outro inquérito, responsabilizando 13 funcionários da Vale e da consultoria alemã Tüv Süd. As duas empresas foram indiciadas por falsidade ideológica e uso de documentos falsos por atestar a segurança da barragem. O Ministério Público ainda não apresentou denúncia. Em nota, a Vale disse que colabora com as investigações e que o rompimento ocorreu “de forma abrupta e sem sinais prévios”. (*Estagiário sob supervisão de Madalena Romeo)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 17/01/2020

Seção: Brasil

Autor: Mateus Ferreira

Título: Indiciamentos só depois de perícia

Os 13 suspeitos da Vale e da Tüv Süd indiciados pelos crimes ambientais, pelo rompimento da Barragem B1, da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, só poderão ser indiciados por crimes contra a vida após o término da perícia de engenharia que esclarecerá quais os motivos da ruptura do reservatório. A previsão para o término desses trabalhos é junho deste ano, segundo informações da Polícia Federal (PF).

“Somente a partir daí poderemos dizer se foi crime de homicídio doloso (com intenção) ou culposos (por omissão, imperícia ou imprudência)”, afirmou, ontem, o delegado Luiz Augusto Pessoa Nogueira, chefe das investigações e da Delegacia de Prevenção aos Crimes contra o Meio Ambiente da PF. Alguns executivos das empresas poderão também integrar a lista de suspeitos.

As informações foram fornecidas em entrevista coletiva da PF, na superintendência de Belo Horizonte, para prestar contas das investigações relativas ao rompimento. “A perícia mais importante para definir crime de homicídio é o que provocou a liquefação e é muito complexa, no mundo, para qualquer laboratório. Nossa perícia não se sentiu suficientemente habilitada, e até sem ferramentas tecnológicas. Por isso, fizemos uma parceria com as Universidades de Barcelona e do Porto, por meio do Ministério Público Federal (MPF).

Em setembro, sete funcionários da Vale, seis da consultoria Tüv Süd, bem como as pessoas jurídicas dessas duas empresas foram indiciadas por falsidade

ideológica e uso de documentos falsos para liberar as licenças da barragem, sendo esses considerados três crimes ambientais relativos aos efeitos devastadores do rompimento ao meio ambiente. Cada um desses crimes pode render de três anos a seis anos, podendo chegar a um total de 18 anos de prisão.

Ao todo, foram mais de 40 perícias solicitadas, sendo que boa parte das questões que envolvem já estão sendo entregues – podendo determinar, inclusive, que há lençóis freáticos atingidos e contaminados.

O delegado destacou a complexidade das investigações para o prazo ter ultrapassado um ano. “Só para recolher dados de satélite, equipamentos de monitoramento e estações sismográficas levou 40 dias, a partir de dezembro de 2019”, salientou Nogueira.

As perícias dizem respeito a extração de dados de mídias de computadores e de smartphones dos suspeitos, cujo trabalho da perícia conseguiu obter dados corrompidos e apagados. Analisadas conversas de aplicativos, mais de 80 milhões de arquivos foram juntados. “Hoje, a gente está na fase de análise de tudo o que foi apreendido. Houve reforço de agentes e, com isso, os alvos mais importantes adiantados”.

Foram ouvidas mais de 80 pessoas, especialistas internacionais na área de engenharia e geotecnia pelo Ministério Público.

“Uma das dificuldades é relativa ao executivo alemão da Tüv Süd Chris-Peter Meier, intimado por meio do advogado que tem no Brasil, e que disse que não virá ao Brasil. Prefiro ou ir pessoalmente, olhando nos olhos, estando com ele, ou usar algum adido dos consulados brasileiros para ouvi-lo. Ele foi muito importante para os técnicos da Tüv Süd sobre aprovar ou não a estabilidade”, considerou o delegado.

Mais de 50 diligências e análises de mídias foram feitas, e tudo isso estará dentro dos 12 inquéritos abertos pela PF. O segundo inquérito, que é continuação do primeiro, já tem sete volumes e 1.700 páginas. O primeiro, já relatado em setembro, tem 27 volumes, 6.500 folhas.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 17/01/2020

Seção: Economia

Autor: Ingrid Soares e Simone Kafruni

Título: Etanol sem intermediários

O governo está determinado a liberar a venda de etanol das usinas aos postos, sem passar pelas distribuidoras, para baratear o custo do combustível em R\$ 0,20. O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) pedirá ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para acelerar a votação de um dos projetos que tramitam na Casa para liberação da venda direta. O governo ainda estuda qual a “via mais rápida” para a aprovação. Representantes do setor sucroalcooleiro se reuniram ontem com o presidente Bolsonaro e **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**.

A mobilização do governo seria para o parlamento votar o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 978/18, de autoria do senador Otto Alencar (PSD-BA). O texto anula um artigo da Resolução 43/09 da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que veda a comercialização de etanol diretamente entre os postos e as usinas. Bolsonaro defende que a exclusão de intermediários pode reduzir o custo do álcool nas bombas e baratear a gasolina, que tem entre 18% e 27% de etanol anidro. Mas a venda direta não agrada todo o setor.

O chefe do Executivo se reuniu ontem com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, o presidente do Sindaçúcar de Alagoas, Pedro Robério de Melo Nogueira, e Renato Augusto Pontes Cunha, presidente do Sindaçúcar de Pernambuco. Albuquerque também recebeu o presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar, Evandro Gussi.

“O presidente disse que é um projeto dele simplificar a comercialização de combustíveis em defesa do consumidor. Mas é um assunto complexo, que envolve agência reguladora e, eventualmente, o parlamento”, disse Nogueira. “O presidente quer a via mais rápida, se é pelo Executivo, passando pelas agências, ou se se pega uma carona no processo legislativo. Para nós, pelo Congresso, a votação poderia ser concluída até março”, estimou.

Nogueira afirmou que a liberação da venda direta impactará no preço final do combustível. “Imagina a quantidade de postos que existem perto de usinas no Brasil inteiro e não podem vender diretamente? Há situações em que a distância entre o posto e a usina é de 5 km, enquanto a base de distribuição fica a 200 km”, apontou.

Liberdade de mercado

Cunha, do Sindaçúcar de Pernambuco, disse que os sindicatos e os produtores do Nordeste defendem a tese da venda direta, sem atrapalhar o processo via distribuidoras. “Pode ser das duas formas, porque os impostos são assegurados no âmbito da Receita Federal. Mas existe um obstáculo na ANP, que, ao ser revogado, vai liberar os dois caminhos”, ressaltou. Segundo ele, em fevereiro,

haverá uma reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para dar sequência ao assunto.

O presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar, Evandro Gussi, destacou que a postura da entidade é em defesa da liberdade. “Temos contribuído para que a decisão do presidente seja a melhor possível, de forma que o sistema mais viável para o Nordeste possa conviver com outro, mais racional para o Centro-Sul, onde está 93% da produção”, explicou.

Segundo ele, alguns produtores podem optar por empresas de distribuição dada a distância dos centros consumidores. “Os players vão entender qual operação faz mais sentido. A Unica está contribuindo com dados técnicos, para mostrar os efeitos colaterais de uma medida como essa, para que a decisão seja coordenada com instrumentos de mercado”, ressaltou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 17/01/2020

Seção: Brasil

Autor: Nelson Cilo

Título: Perspectivas animam o setor

São Paulo — Depois de subir 11,5% nos postos de combustíveis, maior aumento de preço desde 2015 — para a alegria dos empresários do setor —, o mercado brasileiro de etanol deverá registrar um crescimento importante da produção e da produtividade.

Pelos cálculos da União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo (Unica), que representa as usinas, a safra deste ano vai superar os 590 milhões de toneladas, 3% acima dos 573,2 milhões de 2018/2019. Detalhe: a produção será ampliada mesmo com uma área 2% menor — graças à melhor produtividade das lavouras, com a incorporação de novas tecnologias, e do clima favorável. Com isso, o ano deve quebrar um recorde histórico, com cerca de 35 bilhões de litros, mais de 7% de crescimento — sendo aproximadamente 10 bilhões de anidro e 25 bilhões de litros de hidratado.

“A indústria sucroalcooleira vive um momento de grande oportunidade, com cenário positivo para investimento, demanda global crescente e aumento significativo do consumo interno”, afirma o economista Paulo Venâncio, especialista em biocombustíveis da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Soma-se a esse cenário o RenovaBio, política de incentivo específica para o mercado de biocombustíveis. Com ele, os produtores que adotarem as boas

práticas receberão uma espécie de pagamento pelos serviços ambientais.

De acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP), o RenovaBio vai gerar benefícios e novos investimentos ao produtor e fomentará o seu interesse em produzir mais. “O programa representa um grande marco para o setor sucroenergético do país”, afirma o economista Miguel Ivan Lacerda de Oliveira, diretor do Departamento de Biocombustíveis do **Ministério de Minas e Energia (MME)**. “O RenovaBio surge como uma grande oportunidade de mais geração de renda nas regiões produtoras.”

Mais investimentos

Segundo pesquisadores do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP, o RenovaBio será o grande motor do desenvolvimento do setor neste ano. As principais companhias do setor, como Raízen, Cofco, Amaggi, São Martinho e Bonsucro, estão ampliando seis investimentos em produção de etanol, inclusive feita a partir do milho. O país começou o ano com oito fábricas em funcionamento e seis em construção, mas possui outras 10 fábricas em fase de projetos.

Na avaliação do economista Plínio Nastari, CEO da Datagro Consultoria e representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Energética no MME, a criação de uma política de incentivo ao setor, com foco em proteção ambiental, dará um grande impulso ao setor dentro e fora do país. “Nas metas de descarbonização estarão os ganhos do setor. Desde 1975, nunca houve uma referência que indicasse a direção da produção de biocombustíveis do Brasil. Agora temos”, afirma Nastari. “O RenovaBio é muito importante para o país porque vai nortear os investimentos.”

Atualmente, o setor sucroenergético brasileiro conta com 444 usinas, que respondem por um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 156 bilhões, segundo o dado mais recente do Cepea. As cifras, no entanto, podem ser muito maiores. Existem 90 usinas em recuperação judicial, afetadas por problemas de gestão ou pela política de controle de preços da gasolina nos últimos 15 anos — que resultou, principalmente, na perda de competitividade do etanol e gerou endividamento excessivo das empresas.

Para o MME, no entanto, há um horizonte positivo para as empresas do setor e para o etanol. Com o RenovaBio, em 10 anos essa política pode adicionar cerca de R\$ 1,2 trilhão na economia do país. “Para se ter uma ideia, o Pré-Sal inteiro não vai gerar mais do que R\$ 500 milhões no PIB brasileiro”, diz Oliveira, do MME. Mais de 170 empresas produtoras já se inscreveram para participar do RenovaBio. A meta é retirar cerca de 170 milhões de toneladas de CO₂ da atmosfera.

Outro ponto que deve favorecer o esperado crescimento do mercado brasileiro de etanol é a possibilidade do uso de outras matérias-primas, além da cana-de-açúcar, para a produção de etanol, como o milho. Nos cálculos da Unica, o etanol de milho deve alcançar uma produção de 1,5 bilhão de litros neste ano, um aumento de 90% acima dos quase 800 milhões da safra anterior. Agentes do setor estimam aumento expressivo da produção de biocombustível a partir desse cereal, podendo ultrapassar de 10% do total nacional nos próximos dois anos.

MME / ASCOM .